

Amazônia quer ter voz na decisão sobre seu futuro

Sérgio Charlab

Quando o telex do professor Harald Sioli chegou aos escritórios da agência internacional de notícias UPI — United Press International, em novembro de 1971, coube a algum anônimo jornalista cunhar um dos mais difundidos equívocos da imprensa até os dias de hoje: "Amazônia — o pulmão do mundo". Sioli, um ilustre limnólogo alemão radicado no Brasil e vinculado ao Instituto Max Planck e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, apenas respondia a uma consulta da própria UPI sobre a contribuição da Floresta Amazônica para o balanço oxigênio/gás carbônico.

Não foi, evidentemente, culpado pelo equívoco que já dura 18 anos. Em seu telex, lia-se que cerca de 25% do carbono existente na atmosfera terrestre estava armazenado na biomassa da Floresta Amazônica. A UPI, contudo, divulgou ao mundo uma interpretação de que a floresta armazenava 25% do teor de oxigênio. Sioli falava, a grosso modo, num filtro para o carbono, e não em um pulmão para o oxigênio, sabedor de que a floresta encontra-se num estado de *climax*, no qual, em virtude de sua maturidade, a produtividade líquida do ecossistema se aproxima de zero. Em resumo: o oxigênio liberado pela fotossíntese tende a ser consumido pelos seres que integram a sua biota e pela decomposição de sua própria matéria orgânica. Mas já era tarde para explicar isso e, em consequência desse equívoco, a opinião pública internacional e, mesmo, nacional concluiu que a Amazônia deveria ser "planetarizada", para evitar que seu desmatamento causasse a morte, por asfixia, de toda a vida na Terra.

Equívocos — O professor Samuel Benchimol, um dos mais notáveis amazônólogos residentes na região, recorda com indistigível rancor esse primeiro equívoco para entender e explicar o que acontece hoje com o recrudescimento das discussões sobre a Floresta Amazônica, que voltou às manchetes e reportagens de jornais e televisões do mundo. Desta vez, é a Floresta Amazônica a única capaz de deter o ameaçador efeito-estufa, cuja culpa de existência caberia exatamente ao Brasil, incapaz de controlar o desmatamento indiscriminado da região.

Essa acusação é incomoda. Muito. Principalmente porque Benchimol dedicou boa parte de sua vida à ciência amazônica. É uma figura controversa. Aos 65 anos, quem o ouve defender teses polêmicas sobre a Amazônia com ardor não pode associá-lo à imagem de fundador de uma bem-sucedida cadeia de lojas de eletrodomésticos na Amazônia — as lojas Bemol, espalhadas pelos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima e hoje administradas por seus dois filhos. É mais fácil associá-lo ao posto de presidente do Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA), ao qual foi alçado, em troca da antiga posição de conselheiro, por inspiração do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, e apoio dos demais oito governadores dos estados da região.

Mendes, que em 1987 ganhou o apoio dos governadores para criar o ISEA e transformá-lo num fórum para traçar o caminho dos Amazônidas, cedeu a presidência do Instituto para Benchimol, considerando que tinha no mestre em Economia e Sociologia pela Universidade de Miami e doutor em Direito pela Universidade Federal da Amazônia o homem certo para cumprir a máxima do novo órgão: "Planejar a Amazônia de dentro da própria Amazônia." Na semana passada, Benchimol teve a primeira oportunidade de encontrar um foro mais amplo para sua mais recente tese.

Ad Honorem — Durante o Segundo Encontro de Governadores da Amazônia, quando o governo federal apresentou à região o Programa Nossa Natureza, destinado a rever a legislação de proteção ambiental para Amazônia, Benchimol apresentou seu trabalho *Amazônia — Planetarização e Moratória Ecológica*.

Indiferente ao furor causado pela sua proposta, o professor Benchimol mostrou que são os países do Primeiro Mundo — e não o Brasil — os responsáveis pelo agravamento do efeito-estufa. E vai mais longe. Sugere que, por conta disso, paguem 100 dólares por cada tonelada emitida de gases fatais à vida do planeta. Nesse ritmo, o Imposto Internacional Ambiental renderia o suficiente para comprar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo e, ainda, alimentar pesquisas de proteção ao ecossistema.

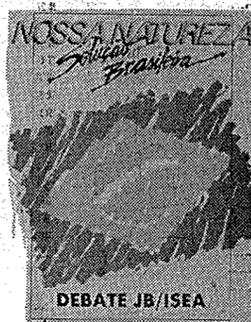
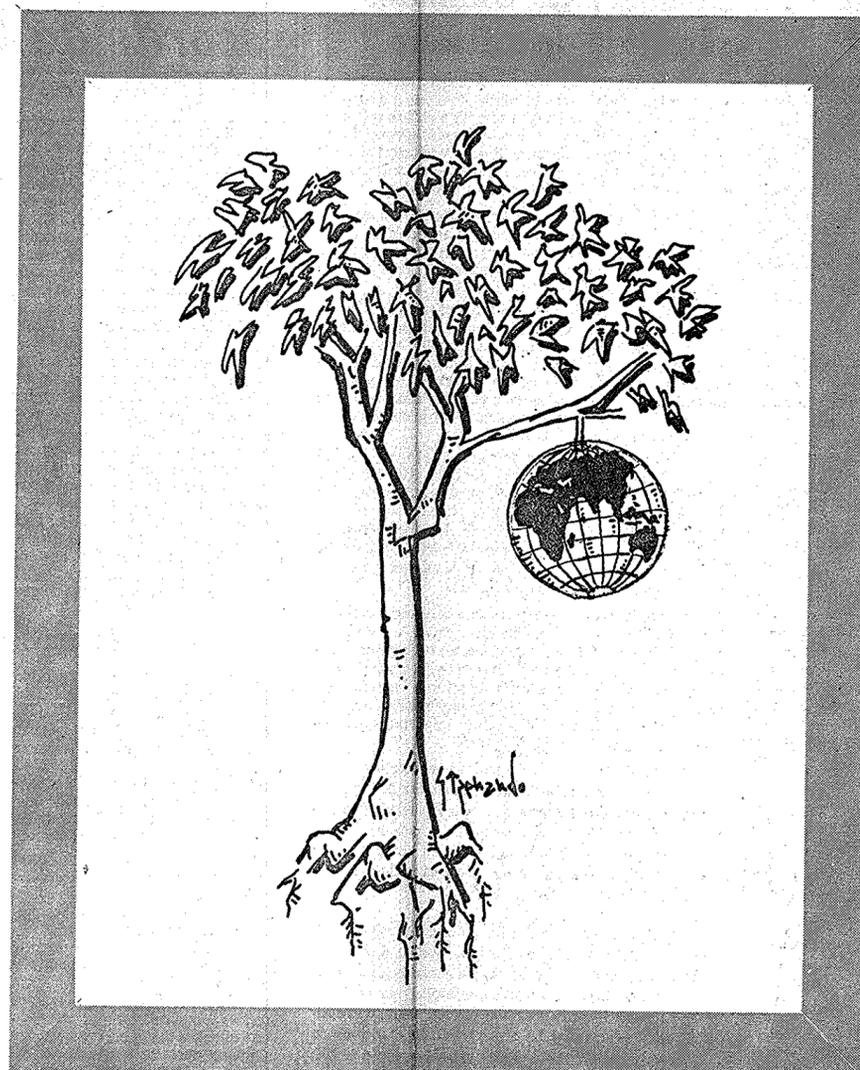
Benchimol sabe que sua proposta, mesmo que risível para os países do Primeiro Mundo, tem a virtude de repelir a acusação imposta ao Brasil de principal responsável pelo agravamento do efeito-estufa. A acusação serve para abrigar ameaças de punições econômicas caso o Brasil não adote medidas de controle ambiental. "O Brasil tem que sair do banco de réus", defende. E, na intimidade, admite que sua proposta é exagerada, mas imputa a condição a um mero jogo de estratégia. "Cabe ao Brasil, que tão cruelmente tem sido acusado pela imprensa e opinião pública e pressionado pela política de finanças e diplomacia mundial, responder com o antigo e tradicional argumento latino *ad hominem*. Ou seja: rebater a acusação dos promotores dos tribunais da natureza, dos auditores e corregedores do Banco Mundial, dos senadores do Capitólio, e dos presidentes e Primeiros-ministros que participaram do diplomático funeral do imperador do Japão usando em sua defesa os próprios argumentos da acusação.

Mas sabe também que nada disso terá sentido se, de fato, um programa sério não for implementado. Benchimol quer um programa descentralizado, para garantir sua credibilidade e evitar desmatamentos irracionais. "Como os provocados em consequência da corrida de empresários sem escrúpulos que investem na pecuária com incentivos fiscais do governo. Tanto que o número de bovinos na região saltou de 2 milhões em 1976 para 7 milhões em 1987", revela.

Participação — Sensível, também, às segundas ameaças de internacionalização da Amazônia Brasileira, o governo federal, em outubro de 1988, criou o *Programa Nossa Natureza*. Mas na semana passada, quando o programa foi apresentado aos nove governadores da região, na sede do ISEA, em Manaus, ficou claro para os ministros Rubens Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e João Alves Filho, do Interior, que qualquer esforço do governo federal para rever a política ambiental na Amazônia só terá sucesso se contar com a participação dos governos dos estados da região.

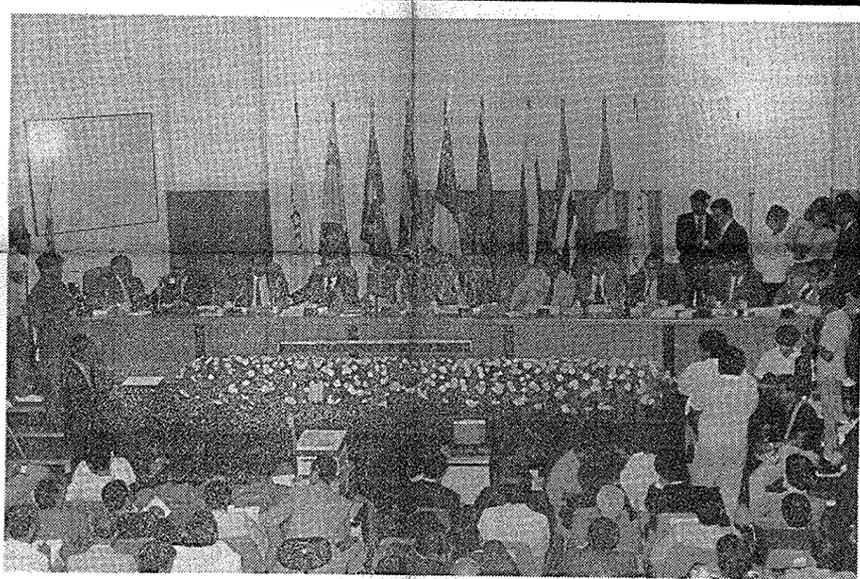
"É a primeira vez que o governo brasileiro faz um programa para a Amazônia disposto a contar com a colaboração e participação de nossos governos", reconhece — embora ainda preocupado — o governador do Amazonas, Amazonino Mendes. "Mas a execução do programa não pode ser feita de cima para baixo. Até agora nossa experiência tem sido amarga, porque as decisões tomadas para a Amazônia surgiram sempre da inspiração de órgãos, institutos e pessoas de outras regiões e trouxeram prejuízos para a população e natureza daqui."

Por isso é grande a expectativa do governador Amazonino Mendes, do professor Samuel Benchimol, dos demais governadores da região e dos amazônidas de que o *Programa Nossa Natureza*, conforme garantiram o general Bayma Denys e o ministro João Alves Filho, incorpore as sugestões e contribuição dos estados e venha promover um zoneamento agroecológico na Amazônia, estudando sua diversificação e dando a vocação de cada área, tal qual um guia para uma ocupação racional. "Só é preciso que se tenha em mente que não pode haver preservação sem desenvolvimento", ressalta o governador de Roraima, Romero Jucá Filho. "Do contrário, se estará próximo de provocar ainda maior devastação."



Debatedores

- * Gen. Rubens Bayma Denys
Ministro-Chefe do Gabinete Militar
- * João Alves Filho
Ministro do Interior
- * Flaviano Melo
Governador do Acre
- * Jerônimo Santana
Governador de Rondônia
- * Romero Jucá Filho
Governador de Roraima
- * Siqueira Campos
Governador do Tocantins
- * Amazonino Mendes
Governador do Amazonas
- * Jorge Nova da Costa
Governador do Amapá
- * Carlos Bezerra
Governador do Mato Grosso
- * Hermínio Calvino
Vice-Governador do Pará
- * Fernando César Mesquita
Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis



Os governadores da Amazônia se reuniram pela segunda vez para discutir, na sede do ISEA, o plano do governo federal para conservação ambiental. O ISEA foi criado no dia 13 de fevereiro de 1987, durante a realização do I Encontro de Governadores da Amazônia, em Manaus. São membros natos do ISEA os governadores dos nove estados-membros, todos os deputados federais e senadores representantes dos estados na Constituinte, dois deputados estaduais, indicados pelas respectivas Assembléias Legislativas, de cada um dos estados-membros, cinco conselheiros por estado, indicados pelo governo entre as pessoas de destaque, além de institutos e demais órgãos ligados à pesquisa sobre a região. A proposta do ISEA, idealizado pelo governador Amazonino Mendes, é buscar a verdade das teses levantadas sobre a Amazônia. Seus objetivos são o estudo, discussão, investigação e desenvolvimento da realidade amazônica, além de uma ampla avaliação das perspectivas e potencialidade da região. São fundadores do ISEA os governadores Amazonino Mendes (Amazonas); Heito Gueiros (Pará); Flaviano Melo (Acre); Jerônimo Santana (Rondônia); Henrique Santillo (Goias); Carlos Bezerra (Mato Grosso); Epitácio Cafeteira (Maranhão); Jorge Nova da Costa (Amapá); e Getúlio de Souza Cruz (Roraima).

Imposto ambiental daria crédito para o Brasil

O total das emissões de CO₂ proveniente da queima de combustíveis fósseis foi de 5,37 bilhões de toneladas métricas, em 1987. Somado ao carbono originado das queimadas das florestas tropicais e não tropicais, estimado em 1,65 bilhões de toneladas métricas, em 80, perfaz um total de 7,03 bilhões. Deste modo, a emissão de CO₂ proveniente da queimada das florestas tropicais e não tropicais (1.659 milhões TM) representa 23,5% do total da emissão de carbono lançado na atmosfera terrestre. A participação do Brasil, inclusive a Amazônia, nesse grande total de 5,37 bilhões de TM de carbono é de apenas 50,2 milhões de toneladas métricas, ou seja, uma participação de 0,93%. Com a inclusão das queimadas da floresta (336 milhões TM) esse percentual se elevará para 5,5% do total das emissões de CO₂.

Os principais poluidores e causadores do efeito-estufa, pela ordem decrescente, são os Estados Unidos com 22,80%, a União Soviética com 18,87%, a Europa Ocidental com 14,73%, a China com 10,33%, a Europa Oriental com 6,8%, a Austrália com 5,85%, o Japão com 4,6%, que juntos representam 83,98% da emissão total de CO₂, proveniente de combustíveis fósseis.

São esses os dados que o professor Samuel Benchimol apresenta para mostrar que o Brasil não é o maior culpado pelo efeito-estufa. "São números publicados pela Revista *Time*, elaborados por 33 cientistas norte-americanos. "Eles provam que o Brasil tem sido cruelmente acusado pela imprensa e opinião pública mundial", enfatiza Benchimol.

Tributação — Ele defende em sua tese um projeto de direito tributário ambiental, com o objetivo de contribuir para a solução do problema criado pela crise ecológica e pelos efeitos globalizantes da atividade predatória e degradação dos recursos naturais e ambientais do planeta.

"Deste modo, o fato gerador, no caso do efeito-estufa, seria a emissão de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera terrestre; a base de cálculo seria a tonelagem desse elemento químico gerado e produzido; os sujeitos passivos dessa imposição fiscal seriam os países poluidores e emissores de CO₂; e a alíquota poderia ser fixada em torno de US\$ 100 por tonelada/ano de emissão de CO₂, responsável pelo efeito-estufa. Caso viesse a prevalecer o esquema acima sugerido, bem como a alíquota proposta de US\$ 100 por ton/ano de emissão de dióxido de carbono, os sete maiores países e continentes responsáveis pelo efeito-estufa — Estados Unidos, União Soviética, Europa Ocidental, China, Europa Oriental, Japão e Austrália — que são responsáveis pela emissão de 4,51 bilhões ton/ano de CO₂ e 83,98% da emissão total de carbono, teriam que recolher aos cofres do Tesouro Internacional da ONU o montante de cerca de US\$ 451 bilhões", calcula.

Como a dívida nominal do terceiro mundo é da ordem de US\$ 1 trilhão, cujo real valor no mercado internacional sofre um deságio de 70%, essa dívida reduzida a US\$ 300 bilhões poderia ser imediatamente comprada pela ONU, sugere Brachinial, com base no seu orçamento ecológico de US\$ 451 bilhões, sobrando ainda US\$ 151 bilhões para investimento ecológico e ambiental. Os países devedores, assim, poderiam pagar facilmente à ONU os seus empréstimos internacionais, mediante juros mais suaves e prazos mais longos. "Estes países devedores, aliviados do peso insuportável da dívida externa, poderiam assim melhor conduzir as suas economias de forma mais adequada, respeitando os valores ambientais e adotando práticas conservacionistas e preservacionistas", conclui.

Emissão de carbono proveniente do desmatamento das florestas tropicais e outras florestas, em milhões de toneladas métricas, em 1980

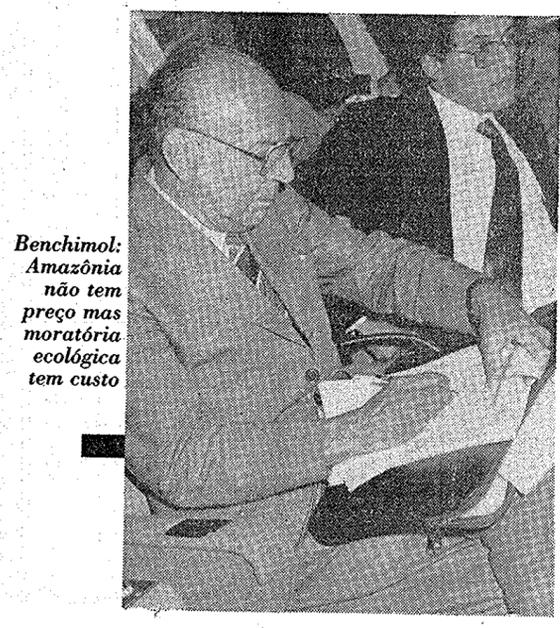
	1980	Participação percentual
Brasil	336,0	20,25%
Indonésia	192,0	11,57%
Colômbia	123,0	7,41%
Costa do Marfim	101,0	6,08%
Tailândia	95,0	5,72%
Laos	85,0	5,12%
Nigéria	60,0	3,61%
Filipinas	57,0	3,43%
Burma	51,0	3,07%
Peru	45,0	2,71%
Equador	40,0	2,41%
Vietnã	36,0	2,17%
Zaire	35,0	2,11%
México	33,0	1,98%
Índia	33,0	1,98%
Total florestas tropicais (em milhões de ton. métricas)	1.322,0	79,62%
Outras florestas	337,0	20,38%
TOTAL	1.659,0	100,0%

Fonte: Planet of the Year, Time, 2.1.1989

Emissão de carbono de combustíveis fósseis (automóveis, fábricas e usinas termoeletricas) em milhões toneladas métricas

	1960	1987	Participação percentual 1987
Estados Unidos	783,7	1.224,7	22,80%
União Soviética	389,9	1.013,6	18,87%
Europa Ocidental	523,3	791,6	14,73%
Europa Oriental	191,8	365,7	6,80%
China	213,5	555,2	10,33%
Japão	60,8	297,5	4,60%
Austrália	88,1	314,7	5,85%
América Latina	69,7	229,7	4,27%
Índia	32,1	150,4	2,80%
Oriente Médio	20,6	146,0	2,71%
África	41,8	152,6	2,84%
Canadá	51,1	105,6	1,96%
Brasil	12,0	50,2	0,93%
Taiwan	3,1	23,6	0,44%
Total em milhões ton métricas	2.481,5	5.871,1	100,0%

Fonte: Planet of the Year, Time, 2.1.1989



Benchimol: Amazônia não tem preço mas moratória ecológica tem custo

Brasil descobre que tem 15 milhões de amazônidas

Quem mora no Nordeste é nordestino. Quem mora na Amazônia é...

Pouca gente no Centro-Sul do país saberá encontrar a palavra correta para denominar os 15 milhões de habitantes da vasta Amazônia brasileira. Esses 15 milhões de *amazônidas* são sempre os menos lembrados quando se discute o destino da região e correm o risco de gerar o maior exodo do país se um radicalismo preservacionista os impedisse de sobreviver em sua própria região. É tão grande a falta de credibilidade nas instituições brasileiras que parece mais seguro à opinião pública do Centro-Sul que não se toque em nada para garantir a preservação.

"Mas para quem vive aqui" — explica o governador do Amazonas, Amazonino Mendes —, "é difícil não ter uma relação qualquer com a natureza para sobreviver. Por isso precisamos de planos e programas, para estabelecer esta relação da forma mais harmoniosa possível, e de recursos para implementá-los. O clivagem internacional em defesa da Amazônia é exagerado na avaliação de Amazonino Mendes. As áreas mais afetadas são o Sul do Pará e Rondônia. Nos demais estados, a parte de floresta derrubada é reduzida e no Amazonas, por exemplo, se encontra quase intacta. "Mas esse clamor ao menos serviu para estimular o governo federal a atender às necessidades da Amazônia", aponta. Poderá servir, também, para estimular a comunidade ecológica internacional a se mobilizar em busca de recursos para a implementação do Programa Nossa Natureza.

A Amazônia, segundo o governador, deve ser protegida mas também deve gerar empregos e condição de vida decente para os amazônidas. Para isso é neces-

sário o incentivo à economia e à implantação de projetos que a partir de agora devem ser analisados de forma a atingir seus objetivos finais e ainda conservar flora e fauna da região. Amazonino Mendes, contudo, rejeita que toda esta atenção acabe se tornando uma camisa-de-força para o homem amazônida. "O Centro-Sul vai ter que compreender que a preservação pura e simples da Floresta Amazônica significaria arcar com a remoção dos 15 milhões de amazônidas que vivem na região. A lógica vai prevalecer", acredita.

Universidade — Esta lógica, contudo, pode ganhar um reforço se for subsidiada por uma futura Universidade do Tópico Úmido, um plano do governador do Amazonas. A universidade servirá para preparar as gerações próximas nas relações do homem com a natureza. "Se houver o conhecimento técnico poderá se evitar o dano à natureza", acredita ele.

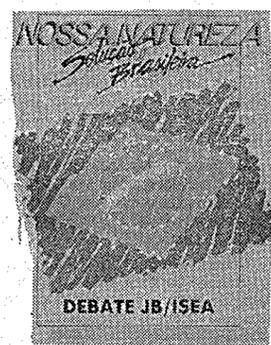
No Peru, já há uma universidade semelhante, onde os problemas típicos da região são discutidos e analisados por pesquisadores locais. A Universidade do Tópico Úmido formará recursos humanos capazes de evitar os problemas amazônicos e ainda encontrar solução para os existentes. Dedicará sua atenção a várias áreas como medicina tropical, recursos hídricos, trato com fauna, piscicultura e fitopatologia, reconhecendo que a Amazônia não é homogênea, mas, sim, formada por várias regiões de características próprias.

O que se deseja evitar, explica Amazonino Mendes, é o que aconteceu com os cerca de 1 milhão 500 mil amazônidas que vivem no meio da floresta, junto aos rios — a população ribeirinha. "São os

caboclos que caçam com o timbó, um veneno da selva utilizando pelos índios, e agem como os índios, mas respondem criminalmente como qualquer homem branco. Esse caboclo não pode mais viver do extrativismo, cujo sacrifício hoje não é compensador. O esforço para se fazer um quilo de borracha não vale o que se recebe como pagamento. O extrativismo que esse caboclo praticava no passado também não trouxe nenhum ensinamento aos dependentes, que estacionaram af e formam hoje uma população quase oito vezes maior que a indígena, embora infinitamente menos protegida", desabafa.

Esse caboclo, na opinião de Amazonino Mendes, precisa voltar a ser reintegrado à população. Uma forma de se conseguir isso é através da incorporação ao Programa Nossa Natureza de grandes escolas agrótécnicas com currículo diferenciado para cada região. "As matérias podem ser sobre atividades da área mineral, agrícola, piscicultura, remanejamento florestal ou turismo ecológico, de acordo com a vocação específica de cada região onde seriam instaladas essas escolas", explica.

O governador Amazonino Mendes enviou também à Assembléia Legislativa projeto de lei propondo a criação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, sob a forma de uma autarquia vinculada ao Gabinete de Governo. O Instituto tem como finalidade a formulação, coordenação, execução e supervisão da política estadual de meio ambiente, tendo em vista a preservação, aproveitamento, conservação e uso racional, fiscalização, controle e recuperação dos recursos naturais.



Amazonino Mendes (D) e Bayma Denys: Programa Nossa Natureza terá que contar com o auxílio dos governos estaduais da Amazônia para sua implementação, do contrário poderá se colocar uma camisa-de-força no homem amazônida

Governo prepara para abril medidas de proteção ambiental na Amazônia

A Bacia Amazônica abriga a maior floresta tropical úmida do mundo, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua exploração econômica. Teme-se que se repitam nessa grande reserva os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, Ásia, Europa e, mesmo, América do Norte e Central. Mas o Brasil — diante o general Rubens Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e coordenador da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional —, mais do que qualquer outra nação, preocupa-se com a preservação da última grande floresta tropical intacta do globo terrestre.

Criado em outubro de 1988 pelo presidente Sarney, o Programa Nossa Natureza, apresentado pelo ministro Denys aos governadores da Amazônia, pretende rever a legislação brasileira no que diz respeito à proteção ambiental. No dia 6 de abril, o resultado das propostas das comissões de trabalho somadas às sugestões dos governadores e cientistas da região — que têm novo encontro, em Rio Branco, ainda sem data marcada, para definir suas posições — serão submetidas ao presidente Sarney para que se promova a implementação do programa, através da aprovação de decretos pelo Congresso Nacional, portarias ministeriais, resoluções e memorandos.

Veja o que é o Programa Nossa Natureza, de acordo com a apresentação do ministro Bayma Denys:

A Amazônia brasileira é patrimônio soberano do Brasil. O país não abrirá mão de incorporá-la à economia nacional, explorando os seus recursos. Sem cometer, entretanto, a insensatez de destruí-la, repetindo os crimes cometidos na onda de progresso das nações desenvolvidas. Para tanto, o Brasil espera e aceita a

colaboração internacional, principalmente no tocante a recursos e à tecnologia. Não se submete, entretanto, a pressões de qualquer natureza. O governo brasileiro aceita e deseja a cooperação, mas não admite a interferência.

O programa Nossa Natureza foi lançado com os seguintes objetivos:

- Conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

- Estruturar o sistema de proteção ambiental;

- Desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente na Amazônia legal;

- Disciplinar a ocupação e a exploração racional da Amazônia legal, fundamentadas na ordenação territorial;

- Regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica;

- Proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

Propostas — Para a fase inicial de montagem e planejamento, foram constituídos seis grupos de trabalho interministeriais. O produto deste trabalho está agora sendo debatido com os governos estaduais e com os órgãos e instituições ligados ao problema, na área prioritária da Amazônia.

As medidas a serem propostas ao presidente Sarney, no âmbito do Programa Nossa Natureza, podem ser assim resumidas:

- Revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive quanto ao uso de substâncias químicas e processos de mineração.

- Proposta de reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio-ambiente, através da criação de polícias especializadas, destinadas a fiscalizar o cumprimento da lei e a

coibir as práticas predatórias; do emprego do sensoriamento remoto; do fortalecimento da estrutura de controle e outras medidas, a par da captação de recursos internos e externos.

- Proposta de incremento da implantação do zoneamento ecológico, particularmente nas áreas amazônicas.

- Proposta de criação de novas reservas florestais e áreas indígenas.

- Proposta de implantação de um programa de educação ambiental, a nível nacional;

- Proposta de revisão e disciplina da aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e investimentos públicos na Amazônia;

- Prorrogação dos trabalhos da comissão executiva do Programa Nossa Natureza, para o acompanhamento das atividades de toda o programa, até sua completa implementação.

Medidas consideradas mais urgentes já foram implementadas, logo ao início dos trabalhos no âmbito do Programa Nossa Natureza, tais como:

- Suspensão da concessão de incentivos do FINAM e de créditos oficiais a projetos pecuários na Amazônia Legal;
- Suspensão da exportação de madeiras em toras;

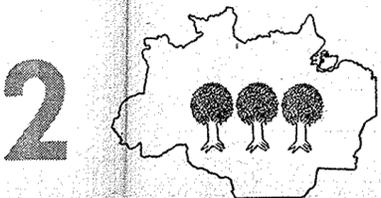
Temos consciência de que o Brasil tem um grande patrimônio, singular no mundo: a única e maior grande floresta úmida tropical. Logo, não cometeríamos jamais a insensatez de destruí-la. Não podemos repetir o crime que foi cometido no mundo inteiro. Mas reconhecemos que o meio-ambiente é um problema cultural. Não basta uma vontade política; é necessária uma consciência nacional, disseminada no povo. Queremos simplificar o problema, transformando-o numa campanha mundial contra o Brasil, pode gerar um efeito contrário: um nacionalismo xenofóbico, tipo "A Amazônia é nossa", que, passionadamente, obscurece o problema e dificulta a sua solução".

Qual é o tamanho da Amazônia Brasileira?



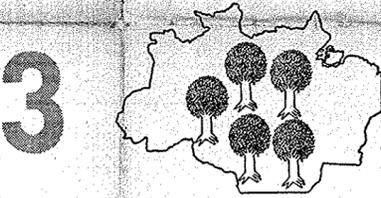
260 milhões de hectares

Segundo Clara Pandolfo ("A Amazônia Brasileira e suas potencialidades", Belém, 1979), 253,5 milhões de hectares são de florestas de terra firme, e 6,5 milhões de hectares de áreas de várzeas e de planícies de inundação periódica.



350 milhões de hectares

Segundo Murça Pires e William Rodrigues, botânicos do Museu Goeldi e do INPA, são 320 milhões de hectares de floresta de terra firme, mais 22,6 milhões de hectares de campos, além dos 7,4 milhões de hectares de florestas de várzea, igapó e matas litorâneas.



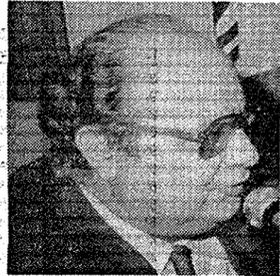
538 milhões de hectares

Segundo dados do Departamento Geográfico do IBGE a floresta úmida e super-úmida da Amazônia compreende 396 milhões de hectares, sendo que na chamada Amazônia Legal — que inclui os estados de Tocantins e Maranhão — há mais 142 milhões de hectares de formação florestal e quase-florestal.

São essas divergências de avaliações da cobertura florística da Amazônia que explicam agora porque os percentuais divulgados de superfície desmatada na Amazônia Brasileira são discrepantes entre si. Dependendo da superfície considerada, do nível de exatidão e dos erros (já detectados pelo ecólogo Philip Fearnside, do INPA) na interpretação de imagens de satélites, esses percentuais variam

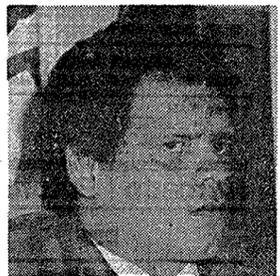
entre 7% e 20%. O nível de desmatamento na Amazônia, sobretudo nos estados de Rondônia, norte de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Sul do Pará, em menor escala no Acre e mínimo no Amazonas, preocupa mas não é alarmante a ponto de o governo brasileiro, através de um programa de proteção ambiental, não poder conter sua evolução.

A opinião dos governadores



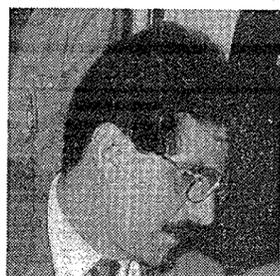
Jerônimo Santana — Rondônia

Rondônia é hoje o segundo estado de maior nível de devastação em suas florestas. O governador Jerônimo Santana atribui essa triste posição a uma projeção histórica da vontade de destruir mais e mais. A alternativa para acabar com o desmatamento, proposta pelo governador, é uma proibição por lei de qualquer desmatamento num prazo de três a cinco anos, obrigando-se os investidores a procurar as terras já desmatadas para agricultura. Santana acha que são os proprietários de grandes projetos agropecuários os principais responsáveis pela devastação das matas. "As áreas derrubadas são grandes e sua inadequação para a cultura de alimentos as transforma em imensas pastagens", lamenta. Ele defende a tese de que o governo deveria produzir mecanismos para financiar o agricultor da região, tornando economicamente viável seu espaço de terra já desmatado e, assim, desnecessários novos desmatamentos. "Quem deveria ter obrigação de reflorestar é o próprio madeireiro que está desmatando. Atualmente o madeireiro paga uma simples taxa de reflorestamento e está desobrigado de repor o que retirou", condena.



Flaviano Melo — Acre

O governador do Acre, Flaviano Melo, acha que o Programa Nossa Natureza estará dando um passo importante se seus estudos servirem como complemento para o fortalecimento das instituições dos estados da região. Melo reage à internacionalização da Amazônia proposta pelas entidades estrangeiras, lembrando que os países desenvolvidos, que acabaram com suas próprias riquezas florestais, não podem agora querer interferir na Amazônia Brasileira. Dentre todos os estados da região, o Acre é o menos afetado pelo desmatamento, que hoje atinge cerca de 7% da área, incluindo rios e regiões urbanas. Mesmo diante desse reduzido percentual, Flaviano Melo se diz preocupado com o problema e está criando alternativas para conservação do meio ambiente. O estado já tem reservas florestais e extrativistas, estas últimas, modelo do projeto pioneiro no país. Quatro reservas extrativistas foram criadas e se discute novas áreas para desapropriação e constituição de mais reservas do gênero.



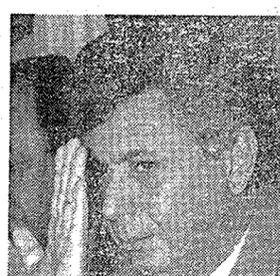
Romero Jucá — Roraima

Romero Jucá acredita que o Programa Nossa Natureza pode ajudar a instrumentalizar o trabalho dos estados da região. Mas ele ressalta que não há preservação sem desenvolvimento, sob pena de se correr risco ainda maior que é a devastação. Roraima, em sua opinião, tem condições de se transformar em curto espaço de tempo em produtor de alimentos para a Amazônia, o que deverá ficar claro ao se identificar as vocações das áreas da região. O estado, segundo ele, tem muitas áreas de várzeas e cerrados, além das áreas extrativistas. Ele acredita também que a exploração mineral dentro das áreas indígenas é viável desde que haja para isso critérios, tais como a organização dos garimpeiros em cooperativas, o manejo adequado dos garimpos e o pagamento de royalties aos indígenas que detêm as terras de onde se retiram os minerais. Roraima tem hoje cerca de 50 mil garimpeiros, a maioria atuando em áreas dos índios Yanomamis, prestes a terem 19 reservas regulamentadas por lei.



Jorge Nova — Amapá

O governador do Amapá, Jorge Nova da Costa, acha que a maior preocupação do governo deve ser com o garimpo, que não respeita regulamentações e continua a utilizar elementos químicos poluentes em sua atividade. Costa espera que o Programa Nossa Natureza permita que se ponha fim a esse uso de químicos, através de uma rigorosa fiscalização das áreas de garimpagem. O governador do Amapá acredita que um grande esforço deve ser feito também na área de conscientização da população amazônica sobre a importância da preservação do meio ambiente. Por isso elogia a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que vai ao encontro das necessidades dos governos da região de preservar a floresta amazônica. Costa também se mostra receptivo à colaboração dos países do Primeiro Mundo, desde que essa não venha afetar a soberania nacional. "Os recursos estrangeiros devem ser analisados com critérios, para que se evite uma possível internacionalização da Amazônia, pois a região é rica e cobijada, e não podemos fechar os olhos aos interesses externos", alertou.



Carlos Bezerra — Mato Grosso

Achar que a Amazônia poderia ser desenvolvida através da agropecuária foi um dos grandes erros da década de 70 que, segundo o governador do Mato Grosso, Carlos Bezerra, incentivaram desmatamentos irregulares e desnecessários. Bezerra espera que daqui para frente não se cometam mais abusos ambientais e que as atividades econômicas propostas para a Amazônia levem em conta a harmonia com o ambiente. O governador de Mato Grosso acha que o incentivo para culturas perenes como a borracha, o cacau e o dendê é um meio viável para se conseguir o desenvolvimento da região através de uma atividade econômica incapaz de afetar ecologicamente o meio ambiente. Bezerra se preocupa tanto com a tese de internacionalização quanto com o surgimento de um nacionalismo xenofóbico que, a seu ver, pode ser incentivado pela especulação de políticos "ecológicos". Ele considerou muito bom o Programa Nossa Natureza mas cobrou do projeto mais incentivos à pesquisa, caminho pelo qual Bezerra acredita que a Amazônia poderá encontrar subsídios para o seu desenvolvimento.